

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

Usman Bacri Júnior

A Prefeitura de Uberlândia ante o acelerado ascenso demográfico no tempo dos Generais Presidentes

Universidade Federal de Uberlândia
UFU



Uberlândia – MG
2001

COCH/UFU
Correspondência Recebida
em 03/07/01
[Signature]

Usman Bacri Júnior

A Prefeitura de Uberlândia ante o acelerado ascenso demográfico no tempo dos Generais Presidentes

Apresentação de monografia do Curso de
História da Universidade Federal de
Uberlândia como pré-requisito para a
obtenção da graduação em História.

• • • • •

Orientador: Wenceslau Gonçalves Neto

Uberlândia – MG

U.F.U.
2001

Este trabalho é dedicado a
Míriam, minha mãe.
Grande amiga e aliada
na confecção deste.

ÍNDICE

<i><u>INTRODUÇÃO</u></i>	<i>1</i>
<i><u>CAPÍTULO - I</u></i>	<i>3</i>
<u>Circunscrições Temporais e Espaciais</u>	3
<i><u>CAPÍTULO - II</u></i>	<i>10</i>
<u>Evolução Populacional, Física e Sócio-econômica e Reações Administrativas Locais</u> ..	10
<i><u>CONCLUSÃO</u></i>	<i>24</i>
<u>Considerações Interpretativas Finais</u>	24
<i><u>BIBLIOGRAFIA</u></i>	<i>28</i>

INTRODUÇÃO

Diferente de muitos estudos de História, nas páginas seguintes, estão arrolados os resultados de um estudo acerca da cidade de Uberlândia que não trata diretamente de pessoas ou grupos de pessoas. Aqui, os agentes históricos privilegiados serão: instituições e fenômenos derivados da ação humana coletiva.

Este estudo, foi concebido a partir de uma preocupação central: determinar o comportamento das instituições político-administrativas locais diante de um fenômeno demográfico ascendente, ocorrido durante o regime militar brasileiro e, registrado pelos censos gerais de 1970 e 1980.

As fontes utilizadas para este trabalho formam um conjunto bastante eclético, indo desde fatos estatísticos de diversas origens, até estudos de historiadores e geógrafos concebidos ulteriormente, passando por leis, projetos de leis, e estudos da própria época.

Sendo o município de Uberlândia, apenas mais um entre os milhares de municípios brasileiros, o estudo inicia-se, por procurar descrever a situação geral da questão urbana no Brasil no período dos governos militares pós-64, através de trabalhos de estudiosos que, contando com mais recursos, tempo e, disposição, trataram o tema pormenorizadamente. Sendo esta parte reunida no interior do primeiro capítulo. Ao capítulo segundo, coube os estudos referentes à localidade.

Passando da esfera nacional para o âmbito da cidade, procurou-se então revelar-se as dimensões do fenômeno demográfico, e ao mesmo tempo, detalhá-lo, destacando-o no âmbito dos serviços urbanos e consumo de bens. Assim posto, finalmente pudemos passar do espaço intra-muros da cidade, para o espaço intra-institucional dos órgãos de governo locais (prefeitura e câmara de vereadores).

Tendo como base e ponto de partida, os processos da câmara municipal apreciados no período estudado, procurou-se expor as intenções públicas com algumas breves considerações entremeadas, ainda no capítulo II.

Concluídos os estudos acima expostos, passamos às considerações interpretativas finais reunidas no capítulo de conclusão, que recebe esse pretensioso nome, em função do conteúdo e problemática deste trabalho específico, e não em relação ao período ou mesmo ao tema.

Sendo assim, este trabalho de pesquisa restringiu-se a uma esfera quase que estritamente administrativa do espaço público institucional (prefeitura), não se ocupando com os debates e jogos de interesses possíveis entre grupos de indivíduos durante o período de estudo.

Antes de passarmos ao trabalho propriamente dito, vale a pena esclarecer, que o impacto do fenômeno demográfico sobre a instituição político-administrativa local é tratado somente sob o prisma da demanda por bens e serviços e, as reações possíveis da instituição político-administrativa local, referem-se somente as suas intenções formalmente expostas no âmbito da lei.

CAPÍTULO - I

Circunscrições Temporais e Espaciais

Não temos a pretensão de, neste capítulo inicial de monografia, contar toda a história das práticas desenvolvidas pelo governo central brasileiro no período de 1964 a 1985, no tocante a questão urbana, pois seria contraproducente para os fins aqui propostos, uma vez que só no que se refere à habitação existem mais de 250 títulos editados sobre o período, conforme estudo de Lícia P. Valladares¹.

Porém, antes de passarmos à exposição sumária dos elementos relevantes da ação federal no tocante à questão urbana, notadamente habitacional, falaremos sobre algo sobre o porque do período ter sido delimitado inicialmente entre os anos de 1964 e 1985.

Esta periodização foi extraída do livro *“Urbanização e Centralismo Autoritário”*, editado em 1991, e escrito por Geraldo Serra. Neste trabalho, o autor identifica os elementos ideológicos e instrumentais prático utilizados pelos governos que se seguem à ação militar de março de 1964. O período portanto correspondente ao chamado regime militar, que englobou todo o período intercensitário de 1970-1980, época em que ocorreu o fenômeno demográfico que motivou este trabalho.

No âmbito deste estudo, a periodização foi restrita ainda mais, seu início passado de 1964 para 1967/68, por ser neste biênio que, em âmbito nacional ocorreu a cristalização do regime, através da outorga constitucional que, concomitantemente, instaurou o modelo tributário que foi “peça-chave” no quebra cabeça do sistema descrito por Geraldo Serra em seu livro supracitado. Sendo o final do período antecipado de 1985 para 1982, por ter sido naquele ano em que ocorreu a eleição de um governo municipal de oposição em Uberlândia, não só em relação

¹ Valladares, Lícia P. (org.) *Repensando a Habitação no Brasil*. Rio de Janeiro. p. 21 a 78, Zahar editores. 1983.

ao governo central, como também em relação às administrações locais constituídas até aquela data.

Isto posto, passaremos a uma sucinta recuperação das práticas federais de urbanização levadas a cabo no período.

Procuraremos traçar em linhas gerais, o que consistiu o centralismo autoritário (descrito por Geraldo Serra), com seus esquemas de controle e persuasão, seus objetivos manifestos e suas fundamentações ideológicas.

Primeiro, é necessário destacar que o fenômeno da célere urbanização uberlandense parece estar inserido em um contexto nacional de rápido crescimento populacional. Segundo Milton Santos², a população urbana nacional passou de 31,95 milhões de pessoas em 1960, para 52,9 milhões em 1970, e 82,01 milhões em 1980, sendo que a participação relativa das 501 cidades brasileiras com mais de 20 mil habitantes em 1980 em relação ao total da população brasileira foi de 26,3% em 1950, 33,1% em 1960, 42,6% em 1970, e 51,6% em 1980. Além disso, o conjunto de cidades com população entre 100.000 e 500.000 habitantes (conjunto do qual Uberlândia passou a fazer parte em 1970) passou de 24 em 1950, e 39 em 1960, para 79 em 1970, e 128 cidades em 1980.

Evidentemente, isso gerou um aumento na demanda de diversos bens e serviços, públicos e privados. Entre os quais o consumo de eletricidade, que passou de 24.000 megawatts em 1965 para 160.000 megawatts em 1984, e o número de automóveis passou de 3,8 milhões em 1973 para 10,5 milhões em 1981.

Toda essa expansão, se deu em uma época em que os municípios brasileiros se encontravam em um estado de debilidade econômica geral, devido as suas fontes de renda, conforme estabelecido na constituição de 1967, além de não se expandirem (financeiramente) na mesma proporção do crescimento populacional, ainda estavam sujeitos a vários empecilhos de arrecadação, que iam desde de dificuldades de cálculos com o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), por

² in: *A Urbanização Brasileira*. São Paulo. HUCITEC. 1994.

causa dos crescentes índices de inflação, que o desvalorizavam continuamente, até o enfrentamento de processos judiciais pelo não pagamento de diversas taxas. O que levava os municípios a procurarem auxílio junto aos diversos fundos e programas federais, então existentes, para realizarem suas obras de infra-estrutura e aparelhamento urbanos à altura de suas crescentes populações.

Esta condição de fragilidade econômica vivida pelas cidades brasileiras no período, vinha ao encontro das aspirações federais de ordenamento sócio-econômico do país, que para fazer valer seus projetos, precisariam apenas disponibilizar recursos aos municípios, estabelecendo critérios de seleção e regras de acesso por parte dos mesmos, que ao obterem e aplicarem estes recursos, estariam, querendo ou não, executando a política federal de urbanização ao nível de sua localidade.

Em linhas gerais o governo central brasileiro, na época, queria desenvolver o país, diminuindo as disparidades regionais, distribuindo melhor a atividade econômica pelo país.

A política nacional de desenvolvimento urbano, embora seu órgão central (CNDU : Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano) tenha surgido somente em 1979, desenvolveu-se junto com a lógica do planejamento centralizado desde a criação do BNH (Banco Nacional da Habitação) e do SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo) em 1964, e numerosos outros órgãos gestores, fundos e programas, criados e extintos nos anos posteriores, constituindo-se numa verdadeira política nacional de desenvolvimento urbano de fato³.

Esta política urbana federal, começava classificando as cidades segundo seu tamanho. Criaram-se então as regiões metropolitanas, nos fins da década de 60, e as demais cidades foram divididas em cidades de médio porte e cidades de pequeno porte, a localização das cidades dentro das macro-regiões nacionais era um

³ conforme capítulo III - Os Mecanismos e Instrumentos Existentes: Uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano de Fato. in: FRANCISCONI, Jorge G. e SOUZA, Maria A. A. de. *Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: Estudos e Propostas Alternativas*. IPEA - série estudos para o planejamento, Brasília, 1976.

fator que diferenciava o tratamento dispensado a cidades de tamanho semelhante. Mas, basicamente, a política federal era de promover o desenvolvimento das cidades médias, na esperança de conter o crescimento desordenado das grandes cidades e descentralizar a economia, diminuindo as disparidades regionais. Assim, a política urbana federal estaria inserida em um projeto maior de crescimento da riqueza nacional de forma a mais espacialmente eqüitativa possível, que se daria por meio de investimentos públicos e incentivos ao capital privado, tendo como objetivos: a integração da economia nacional à internacional, uma homogeneização dos níveis de variedade do espaço interno, um aumento da capacidade de consumo, conforme previstos nos chamados PND's (Plano nacional de Desenvolvimento) I e II.

O aparato federal constituído para levar a cabo esse projeto federal de urbanização, variou relativamente pouco ao longo dos 20 anos posteriores a 1964, sendo que as mudanças e alterações ocorridas, sempre visaram a melhoria do sistema que vinha sendo implantado desde 1964. Sempre em consonância com a idéia de um planejamento centralizado de base técnica e científica.

A seguir, arrolaremos brevemente sobre os diversos programas, órgãos e fundos, criados no período, e que atuaram sobre parcelas do universo urbano brasileiro, com algumas breves considerações, quanto às suas funções e momento de criação.

Para fins didáticos, esse apanhado de siglas foi reunido conforme os três critérios acima expostos.

O principal organismo, para obras de saneamento e habitação, foi o BNH (Banco Nacional da Habitação), criado em 1964, que se utilizava de recursos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) criado em 1966, e que contava com o SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo), que promovia estudos técnicos sobre as cidades brasileiras, que foi criado junto com o BNH em 1964 e posteriormente, separado do BNH e extinto no início dos anos 1970. O DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento), atuante desde a primeira

metade da década de 70, e as COHAB's (Companhias de Habitação), na maioria dos casos empresas estaduais, também atuaram no campo do urbanismo. Houve ainda as superintendências regionais de desenvolvimento, a SUDAM para a Amazônia, SUDENE (antiga, criada em 1958) para o nordeste, SUDECO para o centro-oeste, e SUDESUL para o sul, que tinham uma atuação mais dispersa pelo território, não estando restritas ao espaço urbano de suas respectivas regiões. E ainda órgãos de competência setorial, como o GEIPOT (Grupo de Estudos para Integração da Política de Transportes), criado em meados da década de 1960, e a EBTU (Empresa Brasileira de Transportes Urbanos). Há que se considerar também a participação de agentes financeiros (bancos) que também atuaram na questão urbana gerindo fundos.

Os fundos eram múltiplos e variados. Tinha-se o FAS (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social) que se utilizava de recursos da loteria esportiva; havia o FDPI (Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados), criado em 1973 para apoiar programas regionalmente integrados; o Fundo de Desenvolvimento Urbano do Nordeste (mais conhecido como fundo BNB, por ser gerido pelo Banco do Nordeste do Brasil/BNB); o fundo BASA (Banco da Amazônia S.A.), objetivando o desenvolvimento urbano da Amazônia, já operante em 1973, que contava com recursos do BNH (50%), CEF (25%), próprios (20%) e FINEP (5%); e o fundo de desenvolvimento urbano do Banco do Brasil.

Os principais programas federais arrolados por Geraldo Serra no livro *Urbanização e Centralismo Autoritário*, e encontrados no *Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano* de 1976, foram: o projeto CURA (Comunidade Urbana para Renovação Acelerada), criado em 1973, que era um programa de complementação urbana, que visava a eliminação dos vasos urbanos e da especulação imobiliária na medida do possível; o PNCCPM (Programa Nacional de Capitais e Cidades de Porte Médio); o FINEC (Financiamento de Equipamentos de

Conjuntos Habitacionais); e o FINC (Financiamento para Urbanização de Conjuntos Habitacionais). Todos foram programas de financiamento para obras urbanas.

O FINEP, ligado ao SERFHAU, e posteriormente o FIPLAN, ligado ao BNH, destinaram-se a financiamentos para planejamentos e projetos. O FIDREN foi um subprograma destinado a trabalhos de drenagem urbana, assim como o PROGRES fora concebido como um programa especial de vias expressas (1972). Além desses, o PNDU arrola quatro planos destinados ao desenvolvimento urbano vinculados ao MINTER (Ministério do Interior), a saber: PAC (Plano Nacional de Saneamento) e PLANHAP (Plano Nacional de Habitação Popular). Todos elaborados antes de 1976, pois todos são citados no PNDU daquele ano.

Ideologicamente, essa parafernália se sustentava em princípios de cientificidade e na qualificação técnica que seriam os meios para a tomada de decisões com menos risco de erro possível. Baseava-se, sempre, em um sistema de planejamento executado a partir de projetos elaborados minuciosamente em conformidade com regras previamente estabelecidas. Haja visto que a política nacional de urbanização foi um elemento dos planos nacionais de desenvolvimento (pelo menos na teoria).

Geraldo Serra⁴, expõe a “racionalidade linear” do “centralismo autoritário” do período que seria:

PLANEJAR PROGRAMAR PROJETAR CONSTRUIR OCUPAR
e sua visão sistêmica:

1. **Definir** o problema
2. **Analisar** o problema
3. **Desenvolver** soluções alternativas
4. **Decidir** qual a melhor
5. **Converter** a solução em ação efetiva

⁴ *Urbanização e Centralismo Autoritário*. São Paulo. Nobel, editora da USP, 1991.

O autor também expõe uma séria de críticas, como a escamoteação de interesses variados e múltiplos, e a supressão da liberdade das autoridades municipais na tomada de decisões sobre os destinos do seu próprio espaço urbano, apesar das tentativas de esconder essa supressão da liberdade municipal.

Tudo isso fora pretendido e intentado no nível da federação. Mas como Uberlândia viveu o período do centralismo autoritário e o seu próprio problema de urbanização acelerada, são aspectos a serem vislumbrados no próximo capítulo desta monografia.

De tudo que foi exposto acima, podemos desde já, tirar algumas inferências importantes para os fins deste trabalho, que são:

1. Qualquer coisa que tenha sido empreendida no interior do espaço urbano, dependeria de antemão da colaboração das autoridades federais, que seriam os senhores do grande capital disponível para investimentos públicos na época. O que restringiria a ação dos governantes locais, devido a necessidade de adequação dos projetos locais aos fins já determinados em planos e programas federais de caráter nacional.
2. O regime militar, embora centralizador e autoritário, tinha a necessidade de colaboração regional e local. Explicar-se-ia assim a opção governamental por agir financiando aquilo que ia ao encontro de seus projetos, excluindo ou ignorando aquelas intenções que fossem contrárias.

CAPÍTULO - II

Evolução Populacional, Física e Sócio-econômica e Reações Administrativas Locais

Antes de nos dedicarmos diretamente às intenções e ações do poder público municipal, teceremos algumas referências à evolução humana, física e sócio-econômica na cidade de Uberlândia.

Tal evolução poderia ser descrita, expondo-se os dados estatísticos do período de forma absoluta. Mas, como a época é caracterizada por um vertiginoso crescimento populacional, e por conseguinte, em tese, por um aumento equivalente da demanda por bens e serviços, optamos por expor esse crescimento de forma relativa, a fim de resguardar as possíveis considerações futuras de uma potencial infecção pelo vírus da ideologia do progresso e prosperidade, tão característico da sociedade do período.

Como já é sabido, a população urbana do município passou de 70.719 habitantes em 1960, para 111.466 em 1970, e 231.598 em 1980, com um incremento de 57,62% e 107,77% na população durante as décadas de 1960 e 1970 respectivamente. Tomaremos assim, essas variações como balizas de referência para a evolução dos demais indicadores sócio-econômicos do espaço urbano municipal, assim como indicado no quadro⁵ da página seguinte.

O número de domicílios, passou de 15.339 em 1960, para 25.014 em 1970, e 51.119 em 1980, apontando um crescimento de 63,07% e 104,36% para as décadas de 60 e 70 respectivamente, os lotes urbanos passaram de 28.271 em 60, para 62.848 em 70, e 89.314 em 80, aumentando em 122,3% e 42,1% nas décadas de 1960 e 1970.

⁵ Os dados foram compostos utilizando-se fontes diversas, constatou-se pequenas variações entre algumas das mesmas, quando referiam-se aos mesmos índices. As redes de água e esgoto no censo de 70 do IBGE são de 15.815 e 12.477 respectivamente contra 19.555 e 19.218 calculados para o mesmo ano de 70 através do BDI de 93, e, entre os dados do IBGE referentes aos domicílios urbanos em 1980, na sinopse preliminar registrou-se 61.083 contra 51.119 auferidos no censo geral referente aquele ano. Sendo que os dados usados são aqueles que minimizam os déficits de ligações.

Com relação aos serviços essenciais, a rede de água passou de 19.555 ligações em 1970 para 36.761 ligações em 1980, ou seja, de 90,4% para 71,9% das residências apuradas pelos censos de 1970 e 1980. A energia elétrica, passou de 18.325 ligações em 1970 para 45.264 ligações em 1980, passando de 84,3% para 88,5% das residências existentes. E a rede de esgoto que estava ligada em 1970 a um total de 19.218 domicílios, ou 88,84%, passou em 1980 para 36.187 ligações, ou 70,79% em índices relativos ao número total de domicílios.

	em 1960	em 1970	em 1980	variação 70/80	fonte
População	70.717	111.466	231.598	+ 107,77%	BDI
Domicílios	15.339	25.014	51.119	+ 104,36%	IBGE
Lotes urbanos	28.271	62.848	89.314	+ 42,10%	Beatriz
Ligações de água	Sd	19.555	36.761	+ 87,98%	BDI
Ligações de luz elétrica	Sd	18.325	45.264	+ 147,00%	IBGE/BDI
Ligações de esgoto	Sd	19.218	36.187	+ 88,28%	BDI

Fontes: BDI - Prefeitura de Uberlândia. *Banco de Dados Integrado*. 1993, IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e SOARES, Beatriz R. *Habitação e Produção do Espaço em Uberlândia*. São Paulo. Junho/1988.

Os indicadores de saneamento básico declinam de 90,4% para 71,9% no caso da água, e passam de 84,72% para 88,5% no caso da energia elétrica fornecida por uma empresa estadual, e as ligações de esgoto decaem de 88,84% para 70,79%. Esses dados sugerem que, a demanda ocasionada pelo crescimento populacional não teria sido atendida satisfatoriamente na época pela prefeitura municipal, pois, os dados de água e esgoto demonstram que a demanda cresceu mais que a oferta.

Indicadores referentes ao consumo, seguem caminhos aparentemente adversos, mantendo variações algumas vezes muito superior àquela obtida pela expansão populacional. Sendo assim o número de veículos cadastrados passaram de 8.763 em 1974 para 31.499 em 1980, com um crescimento de 259,45% em 6 anos (ou 43,24% ao ano) e, em termos relativos ao montante populacional, passou de 5,5% para 13,64%.

O número de telefones passou de 4.500 ou 4,7% da população residente em 1966, para 14.560 ou 6,1% da população residente em 1980, com um crescimento de 223,5% em 14 anos, com uma média anual de 15,96%. Por fim, o consumo de energia elétrica residencial que passou de 23,6 milhões de kwh em 1972 para 43,84 milhões de kwh em 1978 com um crescimento de 85,7% em 6 anos, ou 14,28% ao ano, enquanto que o crescimento ficara em 10,8% anuais, sendo que o consumo per capita passara de 173,95 kwh em 1972, para 211 kwh em 1978 (com aumento de 21,3% em 6 anos, ou 3,55% ao ano), o que sugere uma expansão lenta da aquisição de produtos eletro-eletrônicos domésticos.

Mas, se por um lado temos crescimento astronômicos de 259,45% para os automóveis em circulação, 223,5% para o número de telefones em uso, em 85,7% para o consumo de energia elétrica residencial, por outro lado, esses mesmos dados mostram uma utilização ainda bastante concentrada de veículos e telefones: 13,64% em 80 para os primeiros e 6,1% em 80 para os segundos.

A fim de melhor compreensão e ilustração, os dados acima seguem sistematizados nos quadros que se seguem.

	Veículos	Telefones	cons. energético	fonte
1966	---	4.500	---	Tito Teixeira
1972	---	---	23.560Mwh	IBGE
1974	8.763	---	27.838Mwh	BDI/93 e IBGE
1978	---	---	43.847Mwh	IBGE
1980	31.499	14.560	---	BDI/93

Fontes: BDI - Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Banco de Dados Integrado*. 1993, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Teixeira, Tito. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central*. 1970.

Incremento Anual	Evolução do consumo per capita de energia elétrica	
	1972	1978
14,28%	173,95 kwh	211,0 kwh

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Boletim Estatístico*. Fundação IBGE. Número 117, 1972.

	Incremento Anual	Porcentagem Relativa à População Residente		
		1966	1974	1980
Veículos	43,24%	---	5,5%	13,64%
Telefones	15,96%	4,7%	---	6,1%

Fontes: Teixeira, Tito. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central*. 1970, e Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Banco de dados Integrado*. 1993.

Assim sendo, somos levados a concluir que no período de fins dos anos 60 até inícios dos anos 80, houve um acentuado crescimento populacional com elevado crescimento econômico e com tímida distribuição de renda, bens, e serviços. Afim de corroborarmos tal conclusão, citamos a seguir, a situação da distribuição de renda na microrregião de Uberlândia (que inclui mais 11 municípios, além deste), como referência à situação aqui encontrada: as mulheres e homens sem rendimentos somavam 33,31% e 10,31%, enquanto que aqueles que recebiam até 3 salários mínimos somavam 29,81% para os homens e 16,17% para as mulheres, perfazendo um total de 40,12% para os homens e 49,48% para as mulheres com rendimentos de 0 a 3 S.M.

É com este panorama de acelerado crescimento populacional e econômico, com alguma distribuição de bens e renda, mas, com boa parte da população sobrevivendo com pouca ou, nenhuma renda, que pretendemos iniciar as avaliações das intenções e ações do poder público municipal no período que engloba os anos 70.

De um montante total de cerca de 2.900 processos da câmara analisados e votados no período de 1968 a 1982, foram recuperados para esta pesquisa um total de 104, previamente selecionados conforme título e assunto constantes em uma listagem pré existente no arquivo público municipal, referentes aos processos lá arquivados.

Desse total, 14 referem-se a propostas de orçamento da prefeitura, 17 são referentes a prestações de contas, não só da prefeitura, como também da câmara municipal, e do DMAE, 9 versam sobre a criação de órgãos e reestruturações do serviço público municipal, outros 25 processos referem-se ao espaço urbano, além de 39 outros processos referentes à administração do erário público.

A preocupação do governo municipal, parece ter sido antes de tudo com espaço físico da urbes, pois nos orçamentos propostos, a secretaria de obras (1972) é dotada sempre de mais de 35% do orçamento - salvo em 1973 e 1980 - a exemplo da secretaria que a precedera, sendo que naquele ano fora criada também uma secretaria de serviços municipais que, juntas, ficavam quase sempre com quase metade dos orçamentos propostos. Por outro lado, a secretaria de assistência social e a secretaria de educação e assistência social que a sucedeu em 1974 tiveram sempre orçamentos declinantes passando de 17% em média entre 68 e 74, para 3% em média entre 76 e 81. E até mesmo o gabinete do prefeito apresenta dotações oscilantes, com tendência de queda ao longo do período, passando de quase 29%, entre 68 e 70, para 12% em 76 e 77, e 10% em 81 e 82. As prestações de contas (apesar de inúmeras lacunas encontradas nos processos), tendem a confirmar esta prioridade dada aos serviços urbanos; a prestação de contas referente a 1969, aponta 69% de gastos com serviços urbanos; a de 1971 relata 53,98%, a de 72 anota 40,7%, na de 1974 encontra-se referências a 53,03% de gastos com obras públicas, e em 1975 teriam sido gastos 43,06% com habitação, urbanismo, saúde, e saneamento (depois desse ano, os processos ou não têm conteúdo valorativo, ou não foram encontrados). Por fim, outros dado confirmador da ação urbanizadora da prefeitura no período, está na evolução da área construída que de 1960 a 69 não passou de 682.939 metros quadrados, e nos anos de 1970 a 1979 chegou a 3.133.226 metros quadrados com um incremento de 358% em relação ao decênio anterior.

Segue-se quadro de despesas por órgãos.

Órgãos	1968	1970	1972	1974	1976	1978	1980	1982
câmara municipal	3,4	0,54	0,37	0,39	1,73	1,08	1,44	1,44
gabinete do prefeito	28,6	29,27	11,39	5,32	11,95	5,07	13,69	9,08
s. m. de ação social	17,1	17,06	11,34	--	--	--	--	--
s. m. de viação, obras e comunicações	36,0	34,25	--	--	--	--	--	--
s. m. de obras	--	--	47,66	42,51	38,65	34,13	26,8	38,12
s. m. de serviços municipais	--	--	8,55	7,54	13,01	11,67	11,12	9,1
s. m. de educação e cultura	--	--	7,97	--	--	--	5,51	5,6
s. m. de educação e assistência social	--	--	--	15,98	3,73	4,37	--	--
departamento municipal de água e esgoto	--	--	--	17,59	16,44	17,9	23,46	21,96
s. m. de ação social e saúde	--	--	--	--	--	--	1,4	0,8

Fontes: Arquivo Público Municipal. *Propostas Orçamentárias*. 1968 a 1982

E agora referente às prestações de contas, sendo que estas não estão dispostas por órgãos, e sim, por tipo de gastos.

Tipos de gastos	1968	1971	1974
Auxílio para obras públicas	--	10,24	0,03
Amortização dívida pública	--	1,05	3,93
desapropriações/aquisições	--	1,18	2,34
Obras públicas	20,78	21,87	53,3
Juros da dívida pública	0,58	--	--
subvenções econômicas	11,6	9,71	--
Subvenções sociais	3,36	7,02	--
Pessoal	21,84	24,4	13,21

Fontes: Arquivo Público Municipal. *Prestações de contas*. Seleccionadas, 1968 a 1974.

Antes de passarmos à apreciação das leis que incidiram diretamente sobre o espaço físico da cidade, daremos vistas aos processos que se referem à dotação de recursos e concessão de subvenções, pois através da forma como o governo, por meio de seus membros, se utiliza do patrimônio público pode-se, creio eu, entender melhor as intenções e ações da instituição (prefeitura municipal) diante do fenômeno (acentuado crescimento demográfico urbano), que é o núcleo central motivador deste trabalho.

Nos anos de 1970 e 1971, diversas leis trataram de concessões de auxílios e subvenções, sempre com um alvo específico, e as entidades beneficiadas nem sempre se dedicavam aos pobres e desamparados.

O pequeno rol de processos e leis, exposto a seguir, mesmo que nunca tenham sido implementados na prática, serve para demonstrar o que as autoridades entendiam que subvenções fornecidas pelo governo, não deveria ser concedidas como uma espécie de assistencialismo, mas sim, como forma de permitir que os agentes promotores do desenvolvimento da cidade fossem auxiliados a ajudar a urbes na sua marcha pelo progresso. Essa idéia, seria corroborada pelas inúmeras dotações de verbas destinadas a entidades de ensino, e entidades de profissionais especializados. É claro que os governos central e estadual, que eram importantes aliados nesse processo de crescimento, também deviam receber sinais demonstradores de uma afinidade política do município. E, por fim, como a questão social realmente urgia (pelo menos no final do período), caberia ceder ocasionalmente recursos às bases eleitorais de sustentação da ordem.

Segue-se quadro com legislação referente a administração do erário público.

<i>Processo</i>	<i>Lei</i>	<i>Data</i>	<i>Objetivo</i>
2974	1868	15/12/1970	Auxiliar despesas da justiça eleitoral
2975	1869	15/12/1970	visava pagar salários do pessoal do colégio estadual
2982	--	26/12/1970	cederia auxilio ao abrigo da boa vontade
2977	--	26/12/1970	auxiliaria o conselho mun. do bem estar do menor
2978	--	26/12/1970	auxilia'ria na const. de prédio da esc. de educ. física
2979	--	26/12/1970	Auxiliaria na const. da sede da faculdade de direito
2995	--	08/02/1971	Cederia prédio à fund.est. de bem estar do menor
2986	1882	16/02/1971	parcelou débitos fiscais
3012	1884	17/03/1971	ceder subvenção especial à ICASU
3014	1886	17/03/1971	subvencionou a soc. de eng.,químicos, e agrônomos
3009	1902	17/03/1970	subvencionou ao Uberlândia esporte e à liga uberlandense de futebol.
3031	1909	26/04/1971	auxiliou o hosp. São Vicente de Paula

Fonte: Arquivo Público Municipal.Processos selecionados da Câmara Municipal. 1970/71.

Os processos referentes à criação e reorganização de órgãos e serviços públicos, tendem a corroborar a idéia de que as preocupações humanitárias e assistenciais da autoridades locais eram apenas uma forma de justificar gastos com o espaço urbano. Mesmo que tais argumentos correspondessem a necessidades reais, tais necessidades parecem não ter sido o verdadeiro mote das ações públicas municipais. Antes de avaliarmos a legislação referente ao espaço urbano e suas preocupações humanitárias, passaremos vistas na estrutura administrativa municipal no período.

Em 1967, a lei 1562, com visto a obter o efetivo auxilio à administração pública, e atendendo as necessidades impostas pelo progresso, criava órgãos de

apoio especializado à administração. Em 1971, criou-se a Superintendência de pavimentação do município, e no mesmo ano a lei 1954 consolidava a legislação que criava o DMAE. Até aqui, é possível perceber que a primeira reação das autoridades perante a rápida elevação populacional foi no sentido de aperfeiçoar o aparelho governamental local então existente. Mas em 1974, não era mais possível manter a estrutura então existente, e as autoridades locais fizeram a primeira reorganização da administração pública municipal, conforme consta na lei 2381.

Em 1978, aprovou-se por decurso de tempo (observe-se, que mesmo no final da década, as autoridades municipais relutavam em criar mecanismos permanentes de assistência aos pobres), em função de necessidade imperiosa, com fins a uma assistência social complementar àquela realizada pelos grupos sociais e pelas famílias, a criação da secretaria municipal de ação social. No ano seguinte, a lei 3052, retirava a denominação “assistência social” da secretaria municipal de educação e cultura, em 1980, a prefeitura criou a EMCOP - Empresa Municipal de Urbanização e Construções Populares, com o intuito de construir “casas populares de baixo preço para favelados, objetivando a erradicação das favelas da cidade de Uberlândia”, este intento parece não ter sido satisfeito a contento, uma vez que em 1983, as favelas ainda perturbavam a prefeitura, pois naquela ocasião foram apurados 2.554 pessoas (quase 1% da população) vivendo em favelas.

A lei 2687, de 1977, que tratava da estrutura administrativa da prefeitura, a lei 3089 de 1979, que reorganizava os serviços administrativos do município, e a lei 3486 de 1981, que também reorganizava as estruturas administrativas do município, demonstram uma instabilidade institucional reinante nos fins dos anos 70 e inícios dos anos 80, decorrente não só de uma crescente demanda por serviços públicos, mas também por uma recusa em aceitar a existência de uma “questão social” emergente na municipalidade de Uberlândia.

Avaliando-se a organização dos serviços públicos e secretarias, vê-se que aquelas instituídas em 1972 (Obras, Serviços Municipais, Educação e Cultura, e

Finanças) eram apenas para atender a demanda por serviços especializados. Já para as criadas em 1974, agregou-se o termo “assistência social” a então Secretaria Municipal de Educação e Cultura (Extinguindo a antiga Secretaria de Ação Social), além de criar um departamento para água e esgoto. Em 1978 extingui-se as secretarias de finanças e administração, restaurando a antiga Secretaria da Fazenda extinta em 1971, e criou-se a Secretaria Municipal de Governo. E em 1980 eliminou-se a Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social, criando-se as S. M. de Ação Social e Saúde, e a S. M. de Educação e Cultura.

Essa legislação que tratou da organização da administração pública apresenta-se organizada cronologicamente na página seguinte.

Quanto a legislação que trata do espaço urbano, que se segue, também pode ser entendida como uma demonstração das instâncias de governo superiores (união e estado), na vida administrativa de uma municipalidade brasileira do interior.

Em 1967, aprovou-se a lei 1518, que firmava convênio com o BNH / COHAB-MG, para a construção de 300 casas populares, alegando tratar-se de “obras de grande envergadura”. No ano seguinte a lei 1637, que dispunha sobre loteamentos pertencentes à Cooperativa Habitacional dos Trabalhadores Bandeirantes, fez uma completa reestruturação no projeto do bairro São Pedro por duas razões; 1. exigência de áreas mínima de 200 m² para loteamentos financiados pelo BNH, e 2. dar maior espaço destinado a circulação. Vê-se, aqui, um exemplo da subordinação de empreendimento local às diretivas de órgãos federais.

Em 1971, o processo 2554, que pretendia incentivar o emprego no município, devolvendo parte do ICM, foi recusado. Dois meses depois, outro processo, o 2552, que pretendia incentivar a construção de muros e passeios, através do alinhamento gratuito e isenção de licença, também foi rejeitado. Esses dois casos ilustram o quanto as fontes de renda municipais eram de difícil aceitação, por parte da população sendo postas em discussão, até mesmo dentro dos órgãos locais de

governo, mas, vê-se também que as autoridades locais (pelo menos no caso uberlandense) não estavam dispostas a abrir mão as mesmas, facilmente.

Em 1973 a lei 2238, autorizou assinatura de convênio com o DER/MG para a pavimentação de até 350 mil metros quadrados de vias públicas, conforme definido na lei 2255 daquele ano. e a lei 2243 do mesmo ano, autorizara gastos de Cr\$ 1.310.000 para aquelas obras de saneamento, sendo que 690 mil cruzeiros deveriam vir do fundo de participação dos municípios.

Lei	Ano	Finalidade
1562	1967	Criava departamento especializado em fazenda patrimônio administração e obras
1904	1971	Criava a Superintendência de Pavimentação do Município de Uberlândia
1954	1971	Consolidava a legislação e criara o Departamento Municipal de Água e Esgoto
2381	1974	Reorganizava serviços administrativos do município
2392	1974	alterava código tributário municipal
proj. 110/78	1978	acrescentou à lei 2687 de 1977 a S.M. de Ação Social (projeto foi vencido por decurso de tempo)
3052	1979	Retirava o termo “Assistência Social” da S.M. de Educação e Cultura
3089	1979	Reorganizava serviços administrativos do município
3192	1980	Criava a EMCOP - Empresa Uberlandense de Urbanização e Construções Populares.
3486	1981	Reorganizava Serviços administrativos do Município

Fonte: Arquivo Público Municipal. *Processos da Câmara Municipal*. vários entre 1967/81.

Em 1978 a lei 2894 remanejou área para construção de 1055 casas populares pela COHAB-MG, alegando “solucionar o problema habitacional do homem trabalhador de menor recurso”. No mesmo ano, foi vetado outro projeto habitacional que pretendia construir 1900 casas populares (processo 4302). Mas em

1979 a lei 2953 concedeu isenção tributária à COHAB-MG (Companhia de Habitação do Estado), alegando relevante interesse social. No mesmo ano a lei 3093 autorizou a desapropriação de áreas para a construção da adutora do Bom Jardim, visando dinamizar o serviço de captação de água e solucionar o problema de abastecimento a médio prazo.

Em 1980, o processo 4759, que pretendia garantir exclusividade na execução e reparos na rede de água e esgoto ao DMAE, foi vetado por entender-se que tal condição já estava determinada na lei 1555 a qual criou o departamento, mantendo-se assim a possibilidade de terceiros, mediante autorização e supervisão do referido órgão, executarem obras na rede de água e esgoto.

Em 1981 as leis 3266 e 3287, aumentavam o capital social da EMCOP (Empresa Municipal de Construções Populares) de um para quatro milhões de cruzeiros, e lhe cediam área de 29.506,41 metros quadrados respectivamente, ambas, objetivando fornecer ao órgão condições de melhor alcançar seus objetivos “ cujo o alcance social é sem dúvida meritório ”, a eliminação do déficit de moradias para as populações de baixa renda.

Naquele ano, a lei 4673, visava estabelecer normas para loteamentos urbanos, visando “colaborar para o aperfeiçoamento da legislação municipal” cuidando dos interesses dos adquirentes⁶.

E, finalmente, a lei 3414, em 1981 estabelecia convênio com a COHAB-MG para financiamento de asfaltamento em 168.000 m² em 120 dias, aceitando duras penalidades no caso de não execução do asfaltamento pela prefeitura no prazo previsto⁷.

Esta série de processos da câmara, referente às intervenções no espaço urbano, nos remete ao levantamento inicial feito sobre a política federal de urbanização, e ambas, junto os demais conjuntos de processos referentes aos

⁶ De acordo com a justificativa da mesma, muitas vezes os adquirentes de lotes, “se vêem prejudicados com medidas posteriores, que diminuem seu terreno e esvaziam sua confiança nos loteadores”.

⁷ Segundo a mesma, a COHAB obrigou-se a repassar 45.962,76 UPC's em cinco parcelas iguais, sendo que, o não cumprimento dos termos acarretaria devolução do valor recebido com 20% de acréscimo.

orçamentos e prestações de contas, administração do erário público, e estruturas e re-estruturas administrativas, por um lado, e por outro, acrescidas dos dados estatísticos evolutivos populacionais e estruturais e sócio-econômicos. Temos assim concluídas as bases para as considerações interpretativas finais deste trabalho.

Lei	Data	Finalidade
1518	15/07/1967	Convênio com BNH e COHAB/MG para construção de casas populares
1637	26/08/1968	Intervém no loteamento São Pedro, conforme exigências do agente financiador: o BNH
--	05/03/1971	Processo 2554, pretendia incentivar emprego, através de devolução de parte do ICM
--	31/05/1971	Processo 2552, pretendia incentivar a construção de muros e passeios através da isenção de taxas
2238	24/08/1973	Autorizou convênio com DER/MG para pavimentação de vias públicas
2243	05/09/1973	Autorizava despesa de até um milhão de cruzeiros com saneamento
2255	07/11/1973	Complementou a lei 2238, que tratava de convênio com o DER/MG
2894	07/11/1978	Remanejava área para a construção de casas populares pela COHAB/MG
--	24/11/1978	Processo 4302, pretendia aprovar projeto de loteamento
2953	23/04/1979	Cedia isenção tributária à COHAB/MG
3093	30/12/1979	Desapropriava área para a instalação da adutora Bom Jardim
--	30/12/1980	Pretendia proibir a execução de obras na rede de água e esgoto por Terceiros
3266	20/03/1981	Aumentou capital social da EMCOP
3287	27/04/1981	Cedeu área à EMCOP
--	25/05/1981	Estabelecia normas para loteamentos, para proteger adquirentes
3414	29/10/1981	Aprovou convênio com a COHAB/MG

Fonte: Arquivo Público Municipal. *Processos selecionados da câmara, 1967 a 1981.*

Antes de passarmos finalmente, às considerações interpretativas finais deste trabalho, procuraremos, para melhor compreensão, sistematizar os elementos desvelados neste segundo capítulo.

Os dados estatísticos demonstraram que o crescimento populacional foi mais ou menos acompanhado pelo serviço energia elétrica (CEMIG desde 1973) e não tanto pelos serviços municipais de água e esgoto. O consumo teve grande expansão no período, mas não o suficiente para popularizar bens e serviços como a propriedade de veículos e telefones. E os níveis de renda continuaram centralizados (o que não é novidade no Brasil), com 1/10 dos homens e 1/3 das mulheres sem renda, integrando os quase 50% de cidadãos residentes com rendimento até 3 salários mínimos.

Os processos da câmara demonstraram privilegiar os serviços e obras públicas (orçamentos), uma preocupação em promover o desenvolvimento econômico da cidade, e entendimento de que o assistencialismo estaria, em princípio, a cargo de particulares (processos referentes a administração do erário público), tecnicismo burocrático na primeira metade do período e instabilidade institucional na segunda, entendendo o período inteiro de 1968 a 1982 (naqueles referentes a organização administrativa), e ampla intervenção de instâncias superiores de governo na ordenação espacial da cidade (naqueles processos referentes ao espaço urbano).

Tudo isso, demonstra que, realmente, a cidade cresceu, tanto em número de habitantes como em poderio econômico. É verdade, que não cresceu para todos igualmente, nem poderia, pois, em uma sociedade voltada às virtudes do trabalho a experiência histórica tem demonstrado que nem sempre aquele que planta e colhe, come.

A título de ilustração, termino este capítulo, citando um trecho de poema dirigido aos homens da Inglaterra, conforme citação da pág. 206, da *História da riqueza do homem*:

*A semente que semeais, outro colhe.
A riqueza que descobris, fica com outro.
As roupas que teceis, outro veste.
As armas que forjais, outro usa.*

CONCLUSÃO

Considerações Interpretativas Finais

Antes de iniciarmos as considerações conclusivas possíveis para este trabalho, levando-se em consideração as fontes utilizadas, e os fins propostos, faremos uma breve recapitulação dos vestígios do passado recuperados até agora.

No primeiro capítulo, delimitamos o período de tempo a partir da existência de um “regime militar”, que forneceu os elementos político-desenvolvimentistas, no qual se desenvolveu uma política urbana centralizada, e integrada com questões de ordem econômica interna e externa, tendo-se sempre o planejamento como peça central.

Constatou-se que os governos locais que quisessem administrar suas municipalidades, tinham de se adequar a esta política, visto que suas fontes de receita haviam sido deliberadamente restringidas e, ainda que o crescimento populacional uberlandense fez parte de um contexto maior de migrações (do nordeste para o centro-sul), e êxodos (do campo para a cidade).

No segundo capítulo, constatou-se inicialmente que os serviços de água e esgoto não acompanharam o ritmo do crescimento populacional. Houve pequena difusão de bens e serviços (automóveis e telefones). E quase metade da população com pouca (até 3 salários mínimos) ou nenhuma renda.

Nos processos da Câmara Municipal, tidos como “ação do estado local como reflexo de sua percepção social”, constatou-se: 1. prioridade dada a obras e serviços municipais; 2. preocupação em auxiliar agentes promotores do desenvolvimento local, e percepção da assistência aos pobres como função de particulares; 3. tecnicismo burocrático até 1974, e ‘instabilidade administrativa’ a partir de meados dos anos 70; 4. importante participação de órgãos federais e estaduais na ordenação espacial da urbes.

Conclui-se que as conseqüências da evolução demográfica na estrutura político-administrativa local, variara com o tempo, sendo que inicialmente houvesse

uma busca por maior especialização técnica, pois a primeira reorganização dos serviços públicos constatada só ocorreu em 1974. A partir deste momento, e especialmente depois de 1977, a estrutura administrativa municipal sofreu alterações quase todo o ano, advindo daí a idéia de “instabilidade administrativa” gerada por demanda acima da capacidade de atendimento, por isso as redes de água e esgoto tiveram uma expansão menor que o aumento da população por inadequação, haja visto que uma cidade de 110 mil habitantes não exigiria uma estrutura tão complexa como uma de 230 mil habitantes, e por pressões de parcelas da população que se encontravam menos favorecidas ou simplesmente fora da ordem sócio-econômica.

Voltando nosso olhar para a “estabilidade” da primeira metade do período (1968-1974), podemos entendê-la a partir de diversos fatores ocorridos fora das estruturas de governo, embora não lhe sejam totalmente alheias.

1. A implantação e expansão da cidade industrial, e a partir de 1972, do distrito industrial (quando fora encampada pela Companhia de Distritos Industriais com suporte financeiro do Banco de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais), propiciaram a criação de um bom número de postos de trabalho para a população em expansão.⁸
2. A economia geral do município parece ter acompanhado esse crescimento, pois a atividade comercial continuou sempre sendo a maior contratante de mão de obra no município, e segundo a receita realizada total da Prefeitura Municipal passou de US\$ 1.187.488 em 1967, para US\$ 6.490.113 em 1976, e US\$ 20.428.667 em 1986⁹.

Assim, essa “estabilidade administrativa”, se daria em função de uma situação econômica favorável, pois uma economia em expansão, gera empregos e

⁸Segundo: Departamento de Economia, *A Sinopse do Diagnóstico Sócio-Econômico do Triângulo Mineiro e Alto-Paranaíba*. UFU. 1985. A população economicamente ativa passou de 40.517 em 1970 para 98.553 em 1980, a participação da mão de obra ocupada em atividades industriais passou de 6,57% em 70 para 11,41% em 80

⁹ Valores calculados a partir do: Arquivo Público Municipal. *Prestações de Contas.*, e do, CEPES. *Boletim Sócio-Econômico do Triângulo Mineiro e Alto-Paranaíba*. UFU. 1988, confrontados com as cotações do dólar no final de cada ano obtidos no, *Almanaque Abril 92*. Abril, 1992

renda para a classe trabalhadora, que assim, pode adquirir no mercado - na medida do possível - as coisas que lhe são necessárias, ou tidas como tal. Por fim vale notar que este é o período de governo do Presidente Médice (1969 - 1974), quando se dá, nacionalmente, o chamado milagre econômico brasileiro.

A partir de meados da década de 70, a situação muda, e o Brasil passa a enfrentar dificuldades econômicas crescentes.

Em Uberlândia, que continua a enfrentar uma expansão demográfica, a relação: Expansão econômica - Trabalho e Renda - Consumo, parece não mais se sustentar, pois se de um lado os apelos à questão social, são reiterados toda vez que se fala em habitação popular, por outro, no início dos anos 1980 cerca de 4.000 famílias¹⁰ viviam em favelas, sub-cortiços, casas de parentes, e invasões¹¹.

Assim, a política habitacional de então, baseada na capacidade de consumo da classe trabalhadora, começou, no final dos anos 70, a não surtir o efeito desejado (solucionar o problema habitacional do homem trabalhador de menor renda), apesar da criação de uma empresa municipal com esse fim, e das isenções cedidas à COHAB/MG.

Enquanto isso, nacionalmente, no governo Figueiredo (1979 - 1985), entabula-se o processo de redemocratização do país, buscando aproximar-se de ideologias anti-autoritárias em uma sociedade carente de bens e serviços (a exemplo de Uberlândia), e em meio a uma crescente crise econômica, instaura-se a idéia de reconstrução, de reinício.

Em uma única expressão, tanto o período de 'estabilidade' como o de 'instabilidade' político-administrativa local, são reações de uma mesma instituição (Prefeitura), diante das mesmas conseqüências (demanda por bens e serviços, públicos e privados), de um mesmo fenômeno (expansão demográfica), variando

¹⁰ conforme SOARES, Beatriz R. *Habitação e Produção no Espaço de Uberlândia*. São Paulo. 1988.

¹¹ Conforme GRECCO, João F. N. *Desfavelamento em Uberlândia*. in: "Cadernos de História". ano 1, n. 1, 1990. No meados da década de 70, em um contexto de especulação imobiliária, teria começado a surgir favelas na cidade, sendo que a Prefeitura teria instalado mecanismos de controle dos pobres, envolvendo asilos, assistência social, patronato de menores, e a polícia militar.

conforme as condições econômicas internas e externas, e suas influências no estado de ânimo da gente residente no espaço urbano local.

BIBLIOGRAFIA

ALMANAQUE ABRIL. São Paulo: Ed. Abril, 1983.

_____. São Paulo: Ed. Abril, 1992.

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL, Uberlândia. Processos Seleccionados da Câmara Municipal de Uberlândia referentes ao período de 1968 a 1982.

BRANDÃO, Carlos A. et alli. Sinópsse do Diagnóstico Sócio Econômico do Triângulo Mineiro e Auto Paranaíba (1940-1980). Uberlândia: U.F.U. - Departamento de Economia, 1985.

BRASIL. II Plano Nacional de Desenvolvimento. Brasília: Serviço Gráfico do IBGE, 1974.

FRANCISCONI, J. G.; SOUZA, M. A. de. Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: Estudos e Propostas Alternativas. Brasília: IPEA, 1976.

GRECCO, João F. N. O Desfavelamento em Uberlândia. Cadernos de História, Uberlândia, N. 1, pg. 45-53, 1990.

HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. 17. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

IBGE. Uberlândia. Boletins Estatísticos.

_____. Uberlândia. Recenseamentos Gerais do Brasil.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Impácto Regional das Políticas Econômicas no Brasil. Ano 39, N. 3, Jul./Set. 1977.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. 2 ed.. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SERRA, Geraldo. Urbanização e Centralismo Autoritário. São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

SOARES, Beatriz R. Habitação e Produção do Espaço Urbano em Uberlândia. Uberlândia, 1988. Dissertação de Mestrado - Departamento de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia.

- TEIXEIRA, Tito. Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central. Uberlândia: Uberlândia Gráfica LTDA, 1970.
- UBERLÂNDIA. Banco de Dados Integrados. Uberlândia, 1993.
- _____. Banco de Dados Integrados. Uberlândia: Secretaria Municipal de Planejamento, 1999.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Boletim Sócio-econômico do Triângulo Mineiro e Auto Paranaíba. Uberlândia: Centro de Documentação e Pesquisa Sócio-econômica, 1988.
- VALLADARES, Licia do P. Estudos Recentes sobre a Habitação no Brasil. in: VALLADARES, L. P. (org.). Repensando a Habitação no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.